

# JUSTIÇA

# 2017

## Esperança no futuro

Em editorial, o presidente Paulo Dimas afirma que 2017 será o ano em que projetos estruturais serão finalizados e, ao destacar o maior aumento de produtividade da história do Tribunal, em 2016, conclama magistrados e servidores a terem esperança nos frutos das ações presentes e na construção de um legado para as próximas gerações

**Cartório do Futuro é replicado em todo Estado**

**São Paulo sedia 73º Encontro Nacional de Corregedores**

**Visitas monitoradas ao Palácio da Justiça são um sucesso**

**Comissão criada pelo Tribunal visa combater o tráfico de pessoas**

**Oficinas de Parentalidade auxiliam famílias em processo de divórcio**

**ConectJus: Nova plataforma de comunicação interna**

## **Editorial**

**Judiciário do futuro**

**3**

## **Capa**

**Cartório do Futuro se espalha por São Paulo**

**4**

As UPJs serão replicadas em todo o Estado e haverá uma unidade em cada RAJ

## **Acontece**

**Corregedores por uma Justiça autônoma e responsável**

**7**

73º Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça (Encoge) foi sediado pelo TJSP

**A Justiça contra o tráfico de pessoas**

**10**

Comissão criada pelo Tribunal visa combater o tráfico de pessoas

**ConecTJus: Nova plataforma de comunicação interna**

**12**

Aplicativo permite que servidores recebam informações em primeira mão sobre o Judiciário

## **Bem-estar**

**14**

## **Como Funciona**

**Reconstrução de laços**

**15**

Oficinas de Parentalidade auxiliam famílias em processo de divórcio

## **Memória**

**Senhoras e senhores... o Palácio da Justiça!**

**18**

Visitas monitoradas à sede do Tribunal são um sucesso de público

## **Leitura jurídica**

**21**

## **Perfil**

**O sabor da realização**

**22**

Após a aposentadoria, juíza percorre novos caminhos à frende de restaurante

**Do além-mar para o Judiciário paulista**

**24**

Saiba como guerras, milagres econômicos e a Filosofia levaram Joaquim Teixeira Alves ao TJSP

## **Sessão Justiça de Cinema**

**A família Kramer vai aos Tribunais**

**26**

'Kramer vs Kramer' expõe o drama do litígio familiar de forma inteligente, com veracidade

## **Imagens**

**73º Encoge**

**30**

# Judiciário do futuro

**S**e o ano de 2016 já se avizinha do fim, o ano de 2018 é o nosso amanhã próximo, a quem dedicaremos os frutos de nossa gestão no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Sim, podemos considerar o ano de 2018 nosso futuro, por que 2017 já é o presente em que procuraremos finalizar os projetos estruturais que idealizamos nos últimos meses.

No plano de tecnologia da informação, concluímos as medidas voltadas à digitalização dos processos, com a inclusão de todas as unidades no "Projeto 100% Digital." Simultaneamente, providenciamos a atualização de nosso parque de desktops, workstations e monitores, permitindo ampliar a rapidez na execução das novas tarefas eletrônicas e estamos realizando os últimos testes no aplicativo TJSP Móvel, que oferecerá ao jurisdicionado uma alternativa moderna de acesso aos principais serviços digitais do TJSP através de celular, ferramenta que pretendemos disponibilizar no início de 2017.

Na mesma toada, a expansão das Unidades de Processamento Judiciário – Cartório do Futuro para o interior, que caminha

a passos largos, havendo perspectiva de implantação dos primeiros pilotos nas sedes das RAJ's até dezembro de 2017.

O aprimoramento dos mecanismos de integração com os Tribunais Superiores e o início da operação do Portal de Custas, por sua vez, permitirão conferir maior celeridade à tramitação de nossos processos.

Além disso, seguindo a linha proposta desde o início da gestão, nossa identidade visual tem se transformado positivamente. Prova disso é o Novo Portal TJSP, mais rápido e ágil na navegação, abrigando informações de utilidade pública, além de nosso vídeo institucional e breves mensagens sobre serviços que disponibilizamos. Pretendemos, até o final de 2017, atualizar, segundo as novas diretrizes, todas as páginas vinculadas ao Portal.

Proseguiremos investindo esforços na capacitação de nossos servidores através de programas como o "Justiça Bandeirante" e, em parceria com a EJUS e SENAC, o curso de formação de líderes.

Buscaremos o aprimoramento do "Programa Judiciário Eficiente" e as consequentes melhorias nos fluxos de trabalho das unidades judiciais e administrativas, com

reconhecimento público, através de selo ou certificado de excelência, dos êxitos locais de gestão.

Os resultados positivos alcançados com a nova política de gestão adotada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo já começam a despontar e acreditamos em sua ampliação ao longo de 2017.

Em junho de 2016, o Judiciário paulista registrou a maior produtividade de sua história. Foram 6.536.737 processos movimentados em primeiro grau, 302.000 com decisão definitiva, representando crescimento superior a 20% em relação ao mesmo mês de 2015. No segundo grau de jurisdição o estoque de recursos experimentou redução na ordem de 60.900 feitos. Em agosto, o Tribunal superou essa marca histórica em 24,6%, com um novo recorde: 376.271 processos baixados e 7.050.025 movimentados.

Tenhamos esperança em nossas ações presentes, e, principalmente, fé na construção de um legado de Justiça para as próximas gerações.

Forte abraço.

**PAULO DIMAS DE BELLIS MASCARETTI**  
Presidente do TJSP

# Cartório do Futuro se espalha por São Paulo

**A UPJ veio para ficar e será replicada em todo o Estado. Até dezembro de 2017, haverá uma unidade em cada Região Administrativa Judiciária (RAJ)**

Desde sua criação, as Unidades de Processamento Judicial (UPJ) do Fórum João Mendes Júnior, conhecidas como Cartório do Futuro, apresentam ótimos resultados. A UPJ I (41ª a 45ª Cíveis) teve aumento de produtividade de 47% na produção de despachos, minutas e sentenças, e a UPJ II (26ª a 30ª Cíveis) apresentou aumento de produtividade de 24%. No cartório, a UPJ I aumentou a produção de atos ordenatórios em 60% e cartas em 51%.

A UPJ é o agrupamento de várias unidades cartorárias de mesma competência, com equipes e gestores com atribuições previamente definidas. As varas permanecem independentes, porém com maior equipe para a realização exclusiva dos atos decisórios (despachos, decisões e sentenças). Os principais ganhos da UPJ são o aprimoramento da gestão de pessoas e processos de trabalho (aplicando padronização), a utilização do espaço físico e a otimização dos recursos humanos e financeiros.

Foram feitos estudos para identificar os melhores locais para

instalação das UPJs no Interior e no Litoral, tendo como premissa os fóruns que possuíam três varas ou mais com a mesma competência especializada, sendo cível ou família, e quais os prédios que necessitariam menor alteração de sua estrutura física para sediar uma unidade.

Os estudos indicaram nove unidades judiciais: Araçatuba (1ª a 5ª Varas Cíveis), Bauru (1ª a 3ª Família), Campinas (1ª a 4ª Família), Presidente Prudente (1ª a 5ª Cíveis), Ribeirão Preto (1ª a 3ª Família), Santos (7ª a 12ª Cíveis), São José do Rio Preto (5ª a 8ª Cíveis), São José dos Campos (1ª a 4ª Cíveis) e Sorocaba (1ª a 3ª Família). Quando todas essas UPJs estiverem implantadas, somadas às já existentes, totalizarão 15 UPJs em funcionamento.

O processo de instalação está a cargo da Secretaria da Primeira Instância (SPI), da Secretaria de Administração (SAD) e do Departamento de Administração das Regiões Administrativas Judiciárias (Daraj).

A SAD identificou os prédios que irão abrigar as UPJs e elencou,

quando o caso, as modificações estruturais necessárias. Quanto aos projetos de reforma, serão realizados pelas Darajs, mediante contratação de empresas especializadas. O mobiliário será fornecido pelo Almoxarifado Central, se necessário.

A SPI fará o acompanhamento das unidades, instruindo sobre as práticas necessárias para a instalação da UPJ, orientando na escolha dos perfis necessários para compor as equipes de trabalho e o gabinete dos magistrados. Não há previsão de remanejamento de funcionários entre as varas das comarcas, devido ao projeto de implantação.

O cronograma de instalação está na fase inicial. No dia 5/10, por meio de videoconferência, o presidente Paulo Dimas de Bellis Mascaretti e o corregedor-geral da Justiça, Manoel de Queiroz Pereira Calças, apresentaram aos diretores das RAJs e magistrados que terão

# UPJ

seus ofícios incluídos na UPJ os benefícios advindos com o novo modelo. Foram explicadas as principais mudanças que ocorrerão nas salas de audiência e cartórios, e apresentados os resultados já alcançados.

A perspectiva é de que as novas UPJs do Interior e do Litoral possam repetir e até melhorar a produtividade alcançada na Capital.

A criação da UPJ se deu pelos Provimentos Conjuntos da Presidência e Corregedoria nº 1/14 e 2/14. A primeira UPJ foi implantada em 13/11/14, no Fórum João Mendes Jr., com a unificação das 41ª à 45ª Vara Cível. Em 5/10/15, foram implantadas, simultaneamente, duas UPJs no Foro Regional de Santo Amaro. Uma cível, com a unificação das 9ª à 14ª vara, e uma de Família e Sucessões, com a unificação das 7ª à 11ª vara. A segunda UPJ do Fórum

João Mendes Jr. foi implantada em 11/11/15, com a unificação das 26ª à 30ª Vara Cível. Em breve, a terceira UPJ será implantada no fórum. Além da Presidência e da Corregedoria Geral da Justiça, também participam do projeto a Secretaria da Primeira Instância (SPI), a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), a Secretaria de Planejamento de Recursos Humanos (SPRH), a Secretaria da Administração (SAD) e a Secretaria de Abastecimento (SAB).

Com a UPJ é possível melhorar a produtividade, aumentar a motivação, a autoestima e dar mais qualidade de vida para os funcionários. Com relação aos processos de trabalho, alcança-se a especialização e a padronização. É possível redesenhar fluxos, melhorar a movimentação e celeridade dos processos.

Quanto à gestão de espaço, na UPJ cada vara cível possui duas

salas, uma para gabinete e a outra para o assistente, escreventes e estagiários. A sala de audiência é separada e compartilhada. As varas de família possuem também duas salas, a do gabinete é também sala de audiências. A outra é destinada ao assistente, escrevente e estagiários. Cria-se uma área específica para o atendimento ao público. O custo é outra grande vantagem: podem-se implantar onze unidades ao custo de quatro ofícios tradicionais. As equipes dos gabinetes são compostas de um assistente judiciário, três escreventes e dois estagiários de Direito.

Para o juiz assessor da Corregedoria, Rodrigo Marzola Colombini, as UPJs configuram o modelo de gestão cartorária mais eficiente, produtivo e compatível com o processo digital. "Elas estão fundadas em dois grandes pilares: gabinete reforçado e produtivo,

situado bastante próximo ao magistrado; e gestão cartorária especializada e profissional. Nada mais fizemos do que implantar no 1º grau a estrutura que já existe no 2º grau. E retirando o setor de minuta do cartório, serviço esse que demanda um trabalho mais artesanal e intelectual, o cartório pode se dedicar exclusivamente ao processamento dos feitos.”

Colombini afirma que, como toda e qualquer mudança na rotina de trabalho e na zona de conforto das pessoas, a novidade gera insegurança. “As resistências iniciais têm sido prontamente superadas tão logo juízes e servidores percebem o ganho de qualidade no trabalho. A grande maioria dos juízes e servidores envolvidos tem manifestado entusiasmo com o projeto e não esboça qualquer interesse em retornar ao formato anterior. Com a nova estrutura e gestão adequada do gabinete, o magistrado pode dedicar mais tempo e energia para os casos que realmente demandam estudos e trabalho artesanal.”



Tribunais de outros Estados têm demonstrado interesse em conhecer o Cartório do Futuro, a exemplo das recentes visitas de comitivas do Paraná e do Amazonas. Houve solicitação de Corregedores Gerais da Justiça

de outros Estados para inclusão de módulo a respeito das UPJs no Encontro Nacional de Corregedores Gerais de Justiça (Encoge), recém realizado em São Paulo.

**Texto: Dicler Antonio**  
**Foto: Ricardo Lou/Arte: Mario Silva e SPI**



O Secretário da SPI, Pedro Cristovão Pinto, acompanhado de integrantes da Secretaria, reuniu-se com juízes do fórum de Sorocaba, em outubro, para apresentar plano de instalação da UPJ na comarca

## Corregedores por uma Justiça autônoma e responsável

73º ENCOGE

A CORREGEDORIA NA PÓS-MODERNIDADE:  
POR UM NOVO KAIROS



O Encoge, que este ano acolheu o tema “A Corregedoria na Pós-Modernidade: Por Um Novo Kairós”, reuniu corregedores das Justiças estaduais, que debateram e trocaram experiências, com o intuito de contribuir para o fortalecimento do Judiciário brasileiro *(na foto acima, momento em que o corregedor-geral da Justiça de São Paulo, Manoel de Queiroz Pereira Calças é eleito o próximo presidente da Comissão Executiva do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil)*

O 73º Encontro Nacional dos Corregedores-Gerais da Justiça (Encoge) foi sediado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, nos dias 23, 24 e 25 de novembro. A abertura contou com a presença do

presidente do TJSP, desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti, e do corregedor nacional da Justiça, ministro João Otávio de Noronha. O corregedor-geral da Justiça de São Paulo, desembargador Manoel

de Queiroz Pereira Calças, destacou que a “realidade pós-moderna” tem entre suas características “multiplicidade de grupos sociais, fragmentação, dispersão de valores, relativismo e competição



corrosiva, ocasionando inexistência de valores compartilhados, fundamentais à concretização da solidariedade social, o que multiplica situações conflitivas”. E completou: “Tais premissas levam à inelutável inferência de que um novo kairós (caminho) impõe à figura do juiz, como pedagogo dos valores fundamentais e arauto da esperança ética, ulteriores desafios, que serão objeto de detida reflexão e debates”.

O presidente Paulo Dimas manifestou sua alegria por receber os participantes no Palácio da Justiça, sede do Tribunal Bandeirante. “É um momento importante para conjugar esforços a fim de que nosso Judiciário seja cada vez mais respeitado e acreditado pela sociedade”, afirmou.

Em discurso, o ministro João

Otávio Noronha apontou que “a maior crítica à Magistratura brasileira é sua morosidade”. Ele enumerou diversas causas para tanto, e elencou caminhos para a solução da questão. A presidente da Comissão Executiva do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil e corregedora-geral da Justiça do Mato Grosso, desembargadora Maria Erotides Kneip Baranjak, agradeceu ao TJSP a acolhida e apoio na realização do 73º Encoge. “Temos uma grande responsabilidade: precisamos apontar soluções.”

No segundo dia do encontro o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Antonio Cezar Peluso apresentou a palestra “A crise na Magistratura”. Agradeceu a oportunidade de falar aos

corregedores e chamá-los a refletir sobre a situação atual da classe no país. “A Magistratura estadual sempre foi a fonte da imagem do Poder Judiciário, sobretudo porque a figura do juiz de primeira instância é a tradução da imagem do magistrado para a sociedade.” Nesse sentido, ressaltou a importância de os juízes serem um exemplo aos cidadãos, além de pessoas vocacionadas e comprometidas com a missão da judicatura.

No último dia do Encoge, os corregedores da Justiça se dirigiram, pela manhã, ao Complexo Judiciário “Ministro Mário Guimarães” para conhecer as dependências das audiências de custódia. A corregedora Maria Erotides Kneip ressaltou que o serviço realizado no Tribunal paulista é um “exemplo



que reúne as recomendações e conclusões a que chegaram os magistrados de todo o país após dias de intensos debates e troca de experiências.

Durante os três dias do evento, os ministros João Otávio de Noronha, César Peluso e Ricardo Lewandowski, foram agraciados com a Medalha de Honra Desembargador Décio Antonio Erpen, que representa a mais alta distinção do Colégio de Corregedores-Gerais, por seus notáveis serviços prestados à Justiça. Também receberam a medalha o presidente Paulo Dimas; o presidente do Tribunal de Justiça do Amazonas, desembargador Flavio Humberto Pascarelli Lopes; o desembargador do Piauí Sebastião Ribeiro Martins; e o magistrado que instituiu a medalha, desembargador Bartolomeu Bueno.

Participaram do Encoge os corregedores-gerais da Justiça do Acre, Regina Célia Ferrari Longuini; do Alagoas, Klever Rêgo Loureiro; do Amapá, Carmo Antônio de Souza; do Amazonas, Aristóteles Lima Thury; da Bahia interior, Cinthya Maria Pina Resende; Bahia capital, Osvaldo de Almeida Bomfim; do Ceará, Francisco Lincoln Araújo e Silva; do Distrito Federal e Territórios, José Cruz Macedo; do Espírito Santo, Ronaldo Gonçalves de Souza; do Mato Grosso do Sul, Julizar Barbosa Trindade; de Minas Gerais, André Leite Praça; do Paraná, Eugênio Achille Grandinetti; do Rio de Janeiro, Maria Augusta Vaz Monteiro de Figueiredo, Maranhão, Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz; do Pará interior, Maria do Céu Maciel Coutinho; do Pará Região Metropolitana, Diracy Alves Nunes; de Pernambuco, Antônio de Melo e Lima; do Piauí, Ricardo Gentil Eulálio Dantas; do Rio Grande do Norte, Francisco Saraiva Dantas Sobrinho; de Rondônia, Hiram Souza Marques; de Roraima, Tânia Maria Vasconcelos Dias de Souza Cruz; de Santa Catarina, Ricardo Orofino da Luz Fontes; e do Tocantins, Eurípedes do Carmo Lamounier.

mundial de respeito aos direitos humanos”. O corregedor Pereira Calças informou que “o programa das Audiências de Custódia está sendo ampliado por etapas. Até o final do ano que vem, deverá abranger todo o Estado de São Paulo.”

No período da tarde, no Palácio da Justiça, o ministro Ricardo Lewandowski, que durante seu mandato à frente do STF e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi o principal incentivador da implantação das audiências de custódia, explicou que se trata de uma das raras políticas públicas “que tiveram origem no Judiciário”, inseridas “na visão do Planejamento Estratégico”. Informou que até agosto deste ano haviam sido realizadas 124.216 audiências em todo o Brasil, que

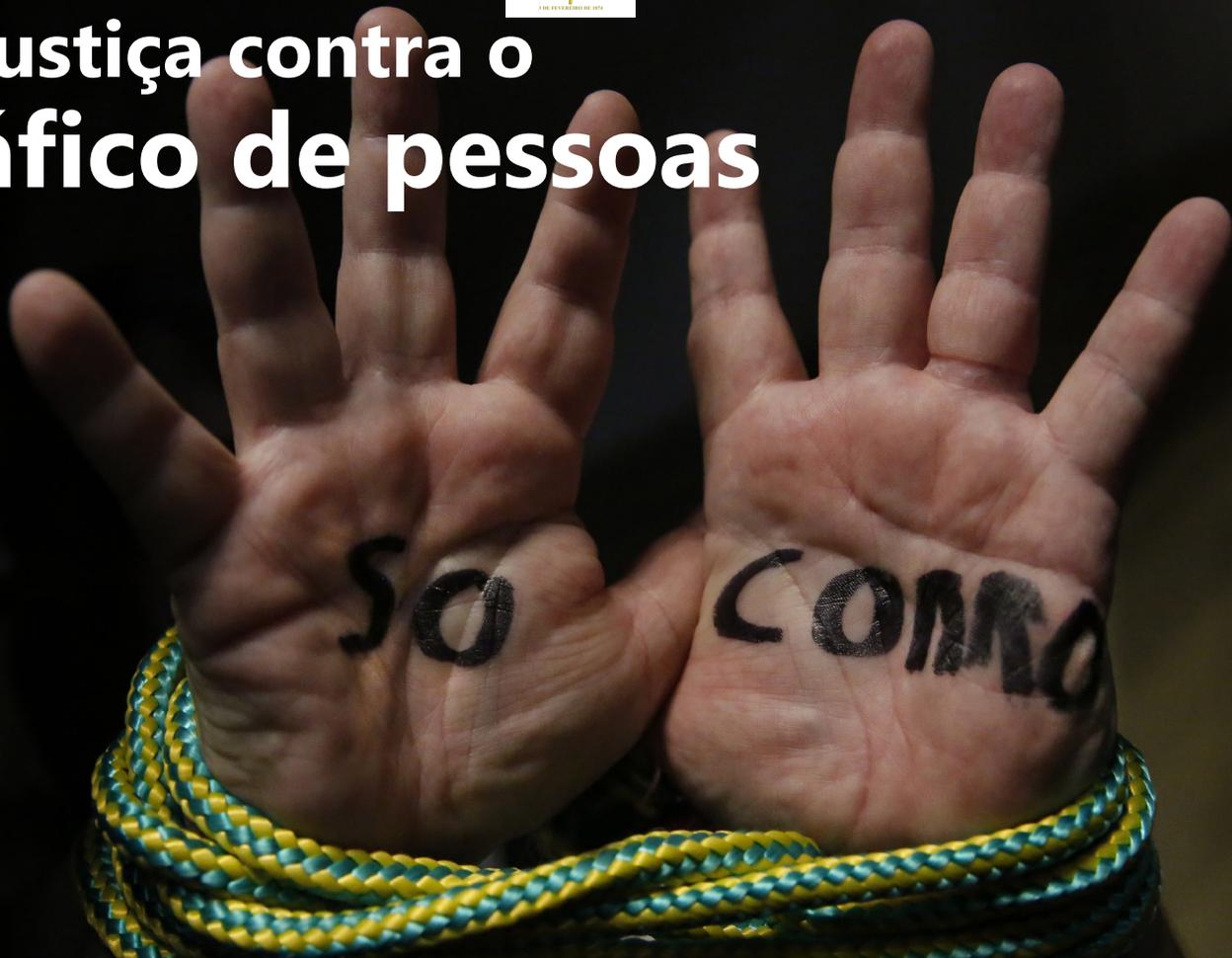
resultaram em 66.016 prisões preventivas, 53,14% do total.

No fim da tarde, o corregedor Manoel de Queiroz Pereira Calças foi eleito, por unanimidade, o próximo presidente da Comissão Executiva do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil. O mandato terá duração de um ano. O presidente Paulo Dimas assistiu ao encerramento dos trabalhos e aplaudiu a eleição do corregedor-geral paulista. “Desejo muito sucesso para o desembargador Pereira Calças. O importante é que esse é um grupo coeso e muito disposto a trabalhar”, declarou se referindo aos integrantes do Colégio Permanente.

O evento terminou com a elaboração da “Carta de São Paulo”, documento

**Texto: Dicler Antonio**  
**Fotos: Antonio Carreta e Ricardo Lou**

# A Justiça contra o tráfico de pessoas



**Comissão interdisciplinar criada pelo Tribunal de Justiça promove interação entre os órgãos governamentais, visando o sucesso de políticas públicas com vistas ao combate do tráfico de pessoas**

**A** Organização Internacional do Trabalho estima que cerca de 21 milhões de pessoas em todo mundo sejam vítimas das diferentes formas de trabalhos forçados, que incluem exploração sexual, trabalho para pagamento de dívida, trabalho escravo e outras.

A Comissão Judiciária Interdisciplinar sobre Tráfico de Pessoas do Tribunal de Justiça de São Paulo (Cittei) foi criada em junho de 2013, motivada pela situação que um caso concreto gerou. No município de Santo André, criminosos foram presos com uma menina, de 13 anos de idade que, vinda da Bahia, seria mandada para fora do país, para fins de prostituição. “Ela não tinha família aqui em São Paulo e não havia local apropriado para abrigar a moça. Não estávamos preparados para darmos a assistência necessária à vítima,” lembra a desembargadora Maria

de Lourdes Rachid Vaz de Almeida, presidente da comissão.

Por essa razão, a Presidência do Tribunal decidiu criar a comissão, que se reúne periodicamente para planejar estratégias entre os diversos órgãos da Administração Pública, sociedade civil e o TJSP no enfrentamento do assunto. Os integrantes também se comunicam em grupo pela internet, o que possibilita o intercâmbio de informações, experiências e conhecimento acerca do tema, difundindo notícias veiculadas na imprensa, para adoção de ações rápidas, conforme o caso demande.

A comissão é composta por representantes das Justiças Federal, Estadual e do Trabalho, Polícias Civil, Militar, Federal e Rodoviária Federal, Ministérios Públicos, Procuradoria Geral da República, Defensoria Pública, OAB e integrantes da sociedade civil.

A integrante da comissão, delegada federal, Tânia Fernando Prado Pereira, entende que, com o fenômeno da globalização, com a rapidez com que criminosos se comunicam e movimentam valores e com as dificuldades que o Estado encontra para acompanhar essa velocidade dos fatos, os desafios da comissão aumentam. “Cada um de nós representa um órgão ou entidade que atua face a face com essas situações de violação de direitos fundamentais, de forma que a atuação conjunta permite que possamos melhor desempenhar nossa tarefa.”

A presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB – Seção São Paulo, e integrante da comissão, Kátia Boulos, afirma que o tráfico de seres humanos permanece, no Brasil, como um fenômeno oculto, cujas dinâmicas e elementos identificadores não têm sido

objeto de uma análise profunda nas suas diversas vertentes. “Essa criminalidade abrange problemas como migração, crime organizado, exploração sexual e laboral, questões de gênero e direitos humanos, entre outros. Porém, apesar de ser um fenômeno abrangente, existem grupos que apresentam maior vulnerabilidade a se tornarem vítimas de tráfico.”

Para solucionar a questão de prover um local para recepção de vítimas, cujo perfil é diferente das vítimas de violência doméstica, foi criada a ‘Casa de Passagem Terra Nova’, localizada no bairro da Bela Vista, na Capital, inaugurada em outubro de 2014. A casa tem capacidade para abrigar até 50 pessoas e recebe, também, migrantes e imigrantes em situação de vulnerabilidade. O local é fruto de iniciativa da Comissão Judiciária Interdisciplinar, conforme pedido formal do TJSP e acordo entre as Secretarias de Desenvolvimento Social e da Justiça.

A comissão aderiu formalmente à Campanha “Coração Azul”, promovida pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (Unodc-ONU) para divulgar o trabalho de combate contra o Tráfico de Pessoas no Mundo. Por meio de iluminação azul na entrada do Palácio da Justiça, o TJSP participou do Dia Mundial de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, celebrado no fim de julho e buscou chamar a atenção da sociedade sobre o tema.

No mês de setembro, foi realizado o I Seminário sobre Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo. Foi um dia inteiro de debates, troca de informações e experiências para estimular e fortalecer parcerias interinstitucionais para o enfrentamento do problema. O evento, realizado no Salão do Júri do Palácio da Justiça com o apoio da Escola Paulista da Magistratura (EPM), foi coordenado pela desembargadora Rachid Vaz de Almeida. A abertura foi realizada pelo presidente do TJSP, desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti. Ele alertou para a “dimensão nacional e transnacional”

que o tráfico de pessoas e o trabalho escravo assumem na atualidade e alertou que apenas com políticas públicas integradas e “objetivos inovadores e transformadores” é que tais crimes podem ser combatidos. “Não podemos ter felicidade plena quando ainda assistimos à exploração do homem pelo homem”, afirmou.

O conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ministro do Trabalho (TST), Lélcio Bentes Corrêa, apresentou dados que mostram que o tráfico de pessoas é a atividade criminosa com a terceira maior rentabilidade em todo mundo, atrás apenas dos tráficos de drogas e de armas. “Só com a união de esforços e uma atuação consistente poderemos dar uma resposta a esse desafio imenso”, ressaltou. Também participaram do encontro representantes do Poder Público e da sociedade civil que estão engajados no tema e membros das forças de segurança que falaram sobre suas experiências na repressão ao tráfico de pessoas e trabalho escravo.

No encerramento, a desembargadora Rachid Vaz de Almeida colocou a comissão à disposição para futuros diálogos. “Temos que fomentar a cultura de perguntar e conversar”, disse ela. “Essa Casa (o Tribunal de Justiça) é a casa de todos.”

Também integram a comissão os juízes Antônio Maria Patiño Zorz, Marcelo Matias Pereira, Maria dos Anjos Garcia de Alcaraz da Fonseca, Ana Paula Sampaio de Queiroz Bandeira Lins, Paulo Roberto Fadigas César, Camila de Jesus Mello Gonçalves e Maria Domitila Prado Manssur Domingos; as promotoras de Justiça, Eliana Faleiros Vendramini Carneiro e Fabiana Dal’Mas Rocha Paes; a defensora pública, Ana Rita Souza Prata; o



Desembargadora Maria de Lourdes Rachid Vaz de Almeida

presidente do Tribunal Regional (TRT) da 2ª Região, desembargador Wilson Fernandes; o desembargador do TRT da 15ª Região, desembargador Eduardo Benedito de Oliveira Zanella; a juíza do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Giselle de Amaro França; as procuradoras da República, Fernanda Teixeira Souza Domingos e Priscilla Costa Schreiner Roder; os procuradoras do Trabalho do TRT da 2ª Região e 15ª Região, Rodrigo Barbosa de Castilho, Tatiana Leal Bivar Simonetti e Catarina Von Zuben; o delegado da Polícia Civil, César Camargo; os policiais militares, Major Wagner Vila Real e Capitão Jair Roberto Bello; o policial rodoviário federal, José Marcelo Alves Gondim; a advogada Tânia Teixeira Laky de Souza; a defensora pública da União, Fabiana Galera Severo; o coordenador do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, Flávio Antas Corrêa, o executivo público dessa Secretaria, Ricardo Alves; a presidente da Associação Brasileira de Defesa da Mulher da Infância e da Juventude (Asbrad), Dalila Eugênia Maranhão Dias Figueiredo, e a advogada dessa associação, Kelly Gonçalves Lima.

**Texto: Dicler Antonio**  
**Fotos: Antonio Carreta**

# Nova plataforma de comunicação interna

**Aplicativo permite que servidores recebam informações em primeira mão sobre o Judiciário**



Novidades sobre o Projeto Justiça Bandeirante, programações das visitas monitoradas e mais detalhes sobre a "Campanha Rompa o Silêncio. Você não está Sozinha #SomosTodosMariaDaPenha" são algumas das informações que você acessa no ConecTJus

Com poucos cliques no celular é possível acessar a conta bancária, saber o melhor caminho para fugir do trânsito, ouvir música, conversar com amigos e muito mais. Além da vida pessoal, agora os aplicativos começam a ganhar espaço no universo corporativo. Para facilitar a comunicação com os funcionários, o Tribunal de Justiça paulista inovou e lançou em agosto uma nova ferramenta

instantânea de mensagens curtas, com notícias inéditas de interesse dos servidores, o ConecTJus.

São centenas de notícias em primeira mão sobre o Poder Judiciário, informações sobre palestras, cursos de pós-graduação e capacitação, editais de concursos, portarias de projetos, prazo para entrega de documentos. Você ainda acessa informações sobre estágios, apresentações culturais e agendas de visitas monitoradas

na sede do museu e no Palácio da Justiça, além das diversas ações das secretarias do Tribunal, como campanhas de vacinação, caminhadas pela saúde e ações de promoção à saúde.

A ferramenta foi criada para pessoas que gostam de ficar conectadas. Em quatro meses, o aplicativo foi baixado por 1.881 funcionários, quase 5% do quadro de servidores. Para fazer o *download* é necessário baixar



## Está com dúvida sobre esse novo canal?

Entre em contato com a Diretoria  
de Comunicação do TJSP  
pelo telefone (11) 3117-2575  
ou pelo e-mail  
[redessociais@tjsp.jus.br](mailto:redessociais@tjsp.jus.br)

o aplicativo do Telegram no smartphone Android (por meio da Play Store), Windows (Microsoft Store) ou IOS (App Store). Com o aplicativo configurado, basta procurar a conta do ConeCTJus.

A ideia é expandir ainda mais. Segundo a juíza assessora da Presidência Ana Paula Sampaio de Queiroz Bandeira Lins, o foco é criar formas simples de comunicação, com apenas alguns cliques. "É a via mais imediata.

Fornecer notícias de relevância, do dia a dia do Judiciário, em primeira mão, sem precisar logar o computador. A ideia é ficar ainda mais próximo do funcionário, de uma forma ágil, simples e prática, principalmente em uma época em que tudo acontece de uma forma muito rápida."

O secretário de Primeira Instância, Pedro Cristóvão Pinto, explicou que o objetivo é disseminar conhecimentos que colaborem

com a qualidade do trabalho. "Agilidade no repasse de informações importantes, por meio de lista de distribuição, abordando assuntos de impacto institucional, de forma rápida para pessoas que estão conectadas. Se em um cartório tivermos pelo menos duas pessoas na rede, a informação será passada de forma muito mais célere pelo celular."

**Texto: Ana Cláudia Genaro**  
**Fotos: Klaus Silva / Arte: Mário C. Silva**

## SAS em ação

A Secretaria da Área da Saúde – SAS realiza, periodicamente, programas direcionados aos cuidados com a saúde, estimulando nos servidores do Tribunal de Justiça a reflexão sobre a importância da prevenção e manutenção do bem-estar físico, mental e social. Confira a programação para os meses de janeiro, fevereiro e março de 2017:

### Janeiro

**Distribuição de Material informativo sobre a dengue** – Para contribuir com a diminuição dos casos de dengue, a SAS, anualmente, distribui material com dicas para evitar a proliferação do mosquito transmissor da doença.

**Cartilha “Alongue-se no Trabalho”, disponível na Intranet** – Informações para a prática de exercícios que auxiliam no combate a lesões e motivem para as atividades do dia-a-dia, sendo valioso instrumento de qualidade de vida (Portal do Servidor > Ação Saúde > Qualidade de Vida > Cartilha).

### Fevereiro

**Semana de Hipertensão e Diabetes** – Realizada em prédios com ambulatório e consiste na aferição da pressão arterial e glicemia, com encaminhamento para tratamento médico se verificada a necessidade de confirmação de diagnóstico e/ou tratamento adequado. É realizada pelo corpo de enfermagem do Tribunal.

**Programa Prevenir Odontológico II** – Continuidade do programa no Fórum João Mendes Júnior (19º a 22º andares), composto de palestra “A Importância e a Influência da Saúde Bucal na Saúde Geral”, oroscopia e seleção para tratamento odontológico. A presença na palestra é compulsória.

**Programa Prevenir Cuide de Sua Mente / Fórum de Santana (Dias 20 e 21)** – Participação de equipe multidisciplinar do Tribunal (médicos psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais), em palestras sobre diversos aspectos da saúde mental e suas implicações na vida cotidiana. Destinado a magistrados e servidores.

**Projeto SAS/TJ Itinerante / Fórum de Guarulhos (Dia 15)** – Esse NOVO



projeto tem por objetivo levar os principais programas de promoção de saúde da SAS para as comarcas próximas à Capital. Consiste em palestras de 30 minutos sobre dicas de saúde e bem-estar, aferição de pressão arterial e glicemia, avaliação antropométrica e médica, dicas de higiene bucal e entrega de informativos.

### Março

**Programa Saúde da Mulher / Gade 9 de Julho (Dias 8 e 9)** – Evento alusivo às comemorações do Dia Internacional da Mulher, com palestras e orientações acerca da saúde física e emocional da mulher.

**Programa Prevenir Odontológico II / Gade MMDC** – Programa que visa dispensar melhor atenção à saúde da comunidade do Judiciário paulista, mediante a detecção precoce de afecções bucais que possam levar a problemas de saúde geral mais graves, além de orientações sobre a higienização bucal. Será proferida

palestra e realizado exame clínico da cavidade bucal dos participantes que desejarem, bem como poderão ser tratados gratuitamente nesta Corte os pacientes selecionados pela equipe, cujas condições bucais assim demandarem.

**Programa Saúde em Ação / Foro Regional do Ipiranga (Dias 22 e 23)** – Palestra sobre “Promoção de Saúde”, abrangendo alimentação saudável, atividade física, sono e gerenciamento do stress, além de consultas preventivas médicas e de enfermagem.

**Vamos Caminhar pela Saúde** – Caminhada realizada a cada dois meses, em um dos diversos parques da cidade de São Paulo, com o objetivo de chamar a atenção de servidores e magistrados para a importância da atividade física na manutenção da saúde geral. Fique atento aos comunicados disponibilizados pela SAS.

**Projeto “Quem Canta seus Males Espanta – conhecendo, desvendando e soltando a voz para uma vida melhor!” - FASE 2 (para 40 pessoas)** – Projeto para promover o bem-estar físico, mental e social dos participantes, por meio de atividade musical. Encontros semanais, todas as quintas-feiras, com duração de 3 meses, no Auditório da Secretária da Área da Saúde.

**Programa Ginástica Laboral / Fórum João Mendes Júnior (Parceria com a UNIP)** – Prática de ginástica, orientada por estagiários dos cursos de educação física e fisioterapia, durante 15 minutos, uma vez por semana.

**Fique atento à programação! Podem surgir novos eventos que serão sempre divulgados pela Intranet/Internet/Correio Eletrônico**

**Equipe responsável – SAS 1 (Diretoria de Assistência e Promoção de Saúde)**

# Reconstrução de laços



## Oficinas de Parentalidade auxiliam famílias em processo de divórcio

No dia 10 de outubro, os magistrados Vanessa Aufiero da Rocha, da 2ª Vara da Família e das Sucessões de São Vicente, e Ricardo Pereira Junior, da 12ª Vara da Família e das Sucessões Central, participaram de reportagens no programa “Mais Você,” da Rede Globo de Televisão, comandado pela apresentadora Ana Maria Braga. A juíza Vanessa também participou ao vivo, respondendo a questões da apresentadora e telespectadores. O enfoque foi o trabalho desenvolvido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo com as “Oficinas de Pais e Filhos”, modelo de atuação que tem apresentado resultados excelentes.

A Oficina da Parentalidade, também chamada Oficina de Pais e Filhos, iniciou-se em São Paulo, na Comarca de São Vicente, e foi instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por meio da Recomendação nº 50/14 como política pública na resolução e prevenção de conflitos familiares. Foi recepcionada como método adequado de solução de conflitos pelo Nupemec e inserida nas práticas dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) de todo país, por meio do Provimento CSM 2327/16.

A juíza Vanessa Aufiero, que também é coordenadora do Cejusc de São Vicente, atua

no CNJ e participa do Comitê Gestor do Movimento Nacional pela Conciliação. Ela, que é pós-graduada em mediação pela PUC-SP e se formou em mediação nos EUA, criou e implantou o projeto-piloto em São Vicente, em março de 2013 e, atualmente, coordena a Oficina de Parentalidade em todo o Brasil.

Vanessa Aufiero falou à **Justiça SP** sobre o assunto:

“A Oficina da Parentalidade é um programa educacional, preventivo e multidisciplinar, direcionado às famílias que enfrentam conflitos relacionados ao convívio, por conta da inexistência ou da ruptura do laço conjugal dos pais, com o

intuito de estabilizar e pacificar as relações, incentivando os participantes a estabelecerem um ambiente colaborativo e não competitivo, estimulando a reflexão e capacitando-os para reconhecerem responsabilidades e corrigir seus erros.”

“A Oficina é direcionada aos pais que apresentam algum conflito jurídico relacionado ao exercício da parentalidade (divórcio, dissolução de união estável, guarda, visitas, execução de obrigação de fazer para cumprimento do regime de visitas etc). Os filhos menores, de seis a dezessete anos também participam, em um ambiente em separado. Essas famílias são encaminhadas à Oficina pelo magistrado, em qualquer fase do processo, inclusive na fase pré-processual, pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, mas de preferência logo no início, evitando-se a escalada do conflito, que costuma ocorrer durante o processo judicial, que pode ser complexo, demorado e, sobretudo, polarizador.”

“Ao chegarem à Oficina, as famílias são separadas, as crianças encaminhadas para a Oficina das Crianças, os adolescentes para a Oficina dos Adolescentes, e pais e mães para a Oficina dos Pais. O casal também é separado para que a Oficina seja um espaço tranquilo de reflexões e ressignificações, livre de tensões, e, ainda, para que a presença do(a) ‘ex’ não iniba o outro, principalmente durante os momentos de interação, em que os participantes são convidados a expressarem seus sentimentos e a trocarem algumas ideias sobre determinadas questões. Mas ambas as salas destinadas aos pais são mistas, compostas por homens e mulheres, para que estas ouçam a versão daqueles e vice-versa, desenvolvendo empatia.”

“A Oficina não é terapia. Ela oferece informações baseadas em pesquisas científicas a respeito da importância do exercício de uma parentalidade responsável, do convívio qualitativo dos filhos com ambos os pais para, assim, resguardar o saudável



Juíza Vanessa Aufiero da Rocha no programa “Mais Você”

desenvolvimento emocional e afetivo, sobretudo nos casos de reorganização familiar. O programa visa estimular a transformação pessoal e o desenvolvimento de novas formas de convivência entre os integrantes de uma família, pautadas não na competição e na desconfiança, mas na responsabilidade partilhada e no diálogo constante e saudável.”

“O trabalho na Oficina é focado na possibilidade de elevar a consciência individual dos participantes e sua relação com a família, não sendo apenas um procedimento de resolução de conflitos, mas uma proposta de mudança de paradigma para uma convivência familiar mais pacífica, afetuosa e solidária.”

## METODOLOGIA

“O conteúdo é transmitido às famílias em um único encontro – dura cerca de quatro horas – pelos instrutores, profissionais previamente capacitados, geralmente mediadores, psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, juízes, promotores de justiça ou advogados. Na Oficina dos filhos, são desenvolvidas atividades lúdicas, e na dos pais, são expostas ideias e vídeos que despertem

a emoção, reconhecimento e reflexão dos participantes. Ela convida para pensarem sobre suas condutas e fornece estratégias para a obtenção de resultados mais eficientes e saudáveis no exercício da parentalidade. Durante a Oficina também existem breves momentos de interação, nos quais os participantes são convidados a falar e a refletir sobre seus sentimentos, suas experiências relacionadas ao término do relacionamento e sobre as novas habilidades aprendidas no encontro.”

A Oficina de Parentalidade foi implantada no Fórum João Mendes Jr. em agosto de 2013. Entre 2014 e o primeiro semestre de 2016, atendeu a 724 pessoas. O juiz Ricardo Pereira Júnior, responsável pela Oficina, afirma que ela traz uma nova linguagem quanto a comunicação entre casais e filhos que vivenciam o divórcio. “Possibilita aos pais uma reflexão da forma de agir em relação aos filhos, externando problemas pessoais e de comunicação, para que evitem desvios de condutas, prejudiciais a eles e aos filhos. Além disso, faz-se a distinção entre os casais, que estão em uma situação de alteração da relação familiar, geradora de conflitos, e a relação entre os

# A Oficina em São Vicente

No dia 3 de novembro aconteceu mais uma Oficina de Parentalidade em São Vicente. A revista **Justiça SP** participou como observadora desse encontro. Na comarca, as oficinas ocorrem, geralmente, a cada 15 dias. Em cada reunião, um grupo de casais, encaminhados pelas varas de família, forma-se e, nesse único encontro, recebem informações e passam por atividades lúdicas. O convite para participar acontece, geralmente, após a primeira audiência de conciliação. O magistrado observa se o perfil do casal se encaixa para participação em uma oficina e os encaminha. Não somente casais de São Vicente são encaminhados, mas pode ocorrer, eventualmente, encaminhamento de casais de Santos, Praia Grande ou outras comarcas próximas. O índice de comparecimento é de 50%. Abaixo, o relato do nosso repórter.

No local, os casais foram separados em duas salas. Existia, também, uma sala para crianças de 6 a 12 anos e uma para crianças de 13 a 17. Em cada sala, geralmente, há um instrutor e um estagiário. Na sala em que eu estava, nesse dia, estavam a instrutora Maria Emília Pimentel Duarte Lacombe e o estagiário Rafael Souto Moraes. Ali, além de mim, outros onze observadores acompanharam a reunião, porém, sem nenhum tipo de interferência. Entre eles, a juíza da Vara da Família e das Sucessões da Comarca de Itu, Tatiana Teixeira de Oliveira, e sua equipe técnica, que estava ali a fim de conhecer

o funcionamento e a estrutura das oficinas, visando implantação na Comarca de Itu, em 2017.

A sala continha participantes de ambos os sexos (sete mulheres e seis homens – um dos maridos não compareceu), porém cada qual separado de seu cônjuge, que estava na outra sala. A faixa etária era entre 20 e 30 anos.

A instrutora iniciou o encontro explicando por que o Judiciário criou a oficina. Explicou que os instrutores desconhecem o processo judicial dos casais presentes, que não têm acesso aos processos, que não é



elaborado relatório sobre a reunião e que o respeito ao sigilo é rigoroso.

Um a um, todos se apresentaram, informando apenas o primeiro nome, e falaram o que esperavam da reunião. Em seguida, a terapeuta Lígia Cascaduro aplicou uma breve sessão de meditação. Na retomada do conteúdo, foi tratado o assunto “a experiência do divórcio para os adultos” e se conversou sobre os vários tipos de família.

Depois, o tema foi a experiência dos divórcio para os filhos. Durante a apresentação, foram exibidos vídeos sobre o sofrimento dos filhos em

meio ao conflito dos pais. Alguns pais se emocionaram e se podia ver olhos marejados e lágrimas. Foram apresentadas indicações sobre o que fazer para ajudar os filhos. Mais vídeos foram exibidos.

Foram, então, realizadas duas dinâmicas. A primeira, para instruir aos pais e mães como saber dar nome aos sentimentos dos filhos. A outra, para saber identificar as atitudes negativas e incorretas que o casal, invariavelmente, comete entre si e em relação aos filhos, durante o processo do divórcio.

Depois, falou-se sobre a melhor forma de se comunicar no meio familiar, o que a lei diz sobre Alienação Parental, os tipos de guarda e os tipos de resolução de conflitos hoje disponíveis. Na parte final, após uma pausa para café, muitos dos presentes se manifestaram sobre seus casos e suas insatisfações.

Em São Vicente, os instrutores e estagiários são voluntários, mediadores e conciliadores, ou oriundos de parceria com universidades da área de Psicologia, Serviço Social e Pedagogia. A coordenadora da Oficina de Parentalidade, psicóloga do TJSP, Cristina Palason Moreira Cotrim, atua para as 1ª e 2ª varas da Família.

No Estado de São Paulo, o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça (Nupemec) providencia a capacitação de voluntários para aplicarem as oficinas, nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs). Quem aplica o treinamento é a juíza Vanessa Aufiero da Rocha, do fórum de São Vicente, e sua equipe técnica (psicólogos e assistentes sociais).

genitores e os filhos, que não pode ser contaminada por tais conflitos. Com isso, objetiva-se a conscientização acerca da melhora na convivência através de ferramentas de comunicação e educacionais.”

No Estado de São Paulo, além da Comarca de São Vicente e do Fórum João Mendes Jrº, existem Oficinas de Parentalidade nas comarcas de Itanhaém, São Bernardo do Campo, São José

dos Campos, Catanduva, Assis, Ribeirão Preto, Candido Mota e no bairro de São Miguel Paulista, na Capital.

**Texto: Dicler Antonio**  
**Foto: TV Globo / Arte: Mário C. Silva**

## Senhoras e senhores...

# O Palácio da Justiça!



### Com palestras sobre a importância arquitetônica do Palácio e a evolução do Poder Judiciário em São Paulo, as visitas monitoradas à sede do Tribunal são sucesso de público

A procura por visitas monitoradas ao Palácio da Justiça, serviço fornecido gratuitamente, cresceu 12% no ano passado. Em 2015, mais de 4.300 pessoas foram atendidas em 107 grupos de visitantes. Alunos de faculdades e do ensino médio, advogados, executivos de empresas, associações, grupos da 3ª idade, delegações de outros Estados e comitivas estrangeiras (com acompanhamento no idioma inglês), são os visitantes mais comuns. Mas a supervisora da SPr 4.3.2, Soraya Trentin Ribeiro Pinto, avisa que toda

a população pode agendar uma visita, se o grupo atender ao número mínimo necessário. “Funcionários do Tribunal e seus familiares também têm acesso às visitas, em finais de semanas específicos, bem como o público que participa da Virada Cultural, Semana de Museus e Virada do Patrimônio” afirma Soraya.

**Justiça SP** acompanhou a visita de duas universidades. No dia 17/10, os alunos dos 5º, 6º e 7º semestres do curso de Direito da Unip Campus Anchieta estiveram no Palácio, assim como os alunos dos 1º, 2º, 4º, 6º e 10º semestres do curso de Direito da

Faculdade São Sebastião (Fass), que fizeram a visita no dia 1º/11.

No horário agendado, grupos de alunos e professores são recepcionados na entrada do Palácio e conduzidos ao Salão do Júri. Ali começa o roteiro, que também inclui visita à Sala “Desembargador Emeric Levai”, ao Espaço Cultural Poeta Paulo Bomfim, o Salão Nobre “Ministro Manoel da Costa Manso”, ao Salão de Consultas da Biblioteca do Tribunal e a uma sessão de julgamento. A visita completa dura em torno de três horas.

Claudia Ferreira Bueno Pires e Nelson Ferreira Rodrigues – funcionários do TJSP incumbidos da missão de receber os visitantes, apresentar palestras e conduzir os grupos – fazem com que a visita tenha um ritmo dinâmico. Enriquecida por projeção de slides, a palestra se inicia com apresentação sobre a história da Justiça paulista. Inicialmente, o visitante aprende que o Tribunal de Justiça de São Paulo foi instalado no dia 3 de fevereiro de 1874, sendo denominado Tribunal da Relação de São Paulo e Paraná.

A apresentação prossegue com a história do projeto, construção e inaugurações do Palácio da Justiça (sim, foi inaugurado duas vezes: em 1933 e 1942). Em seguida, a arquitetura do Palácio – tombado em 1981 – é esmiuçada, com descrição de toda a simbologia presente nos detalhes, adornos, pinturas, vitrais, esculturas, lustres e mobiliário, com destaque para o Salão do Júri, oportunidade em que também se explica como o júri funciona.

Seguindo o roteiro, os alunos visitam a sala Desembargador Emeric Levai, local que sediou o primeiro museu do Tribunal. Nela, foram mantidas as peças mais raras e antigas. A mais rara de todas é a vara do juiz ordinário. Ali, o visitante aprende sobre personagens históricas importantes para o Tribunal de Justiça, retratadas em quadros suntuosos.

No Espaço Cultural “Poeta Paulo Bomfim” – que entre os anos de 1927 a 1988 funcionou como ‘sala secreta’ do Tribunal do Júri – os alunos apreciam o acervo de documentos, quadros, livros e comendas do poeta. O palestrante explica a importância de Paulo Bomfim para a cultura paulista e para o Tribunal, e também discorre sobre a participação do Tribunal na Revolução Constitucionalista de 32.

Em seguida, os alunos assistem à uma sessão de julgamento, para acompanhar, ao menos, uma sustentação oral.

Na visita ao Salão Nobre “Ministro Manoel da Costa Manso” (plenária do Órgão Especial), no 5º pavimento



Palestras no Salão do Júri, conduzidas por Nelson Rodrigues e Claudia Pires

do Palácio, o visitante aprende sobre a sua principal utilização: abrigar as sessões de julgamento realizadas pelo Órgão Especial do Tribunal. Os detalhes de sua exuberante decoração também são analisados.

No 4º pavimento do Palácio, os

alunos visitam a Salão de Consultas da Biblioteca, que já sediou Varas Comerciais e o 2º Tribunal do Júri.

A visita se encerra com explicação sobre o funcionamento do Tribunal e com palestra sobre as carreiras jurídicas (assistente jurídico,

assistente judiciário, escrevente técnico judiciário, advocacia, promotor público, procurador do Estado, defensor público, delegado de polícia, agente da polícia federal, delegado da polícia federal e magistratura), e fala-se sobre cidadania e ética.

Sueli, Márcia e Suzi, estudantes do 8º semestre do curso de Direito da Unip Campus Anchieta concordam que saber como é o funcionamento do Tribunal é muito importante para a formação do advogado. “O conteúdo da visita é bem completo, o prédio é maravilhoso. Quem visita o Palácio sozinho, não percebe toda a simbologia embutida em sua arquitetura e decoração. Por isso, é importante a visita monitorada.”

Solange Abreu, aluna do 2º semestre de Direito da Fass, ressalta que “a visita agrega valor e conhecimento sobre a rica História do Judiciário.”

O professor Airton Francisco Ribeiro – que dá aula de Direito Penal e Processo Penal na Unip – já trouxe várias turmas para visitar o Tribunal. “Percebi o aperfeiçoamento do conteúdo apresentado e da recepção aos visitantes. É importante que os alunos façam a visita, sob vários aspectos. Primeiro, por que pode ser inserida dentro de ‘atividades complementares’ no curso; em segundo lugar, porquê o aluno conhece um pouco do funcionamento do Tribunal, de suas tradições, sua história, o Palácio da Justiça, sua arquitetura e simbologias.”

Para o professor Mozart Gomes Moraes – que dá aula de Direito Penal, Processo Penal e Prática Penal na Faculdade São Sebastião (Fass) – a visita é ‘excepcional’. “Mistura conhecimento de prática jurídica, com Arquitetura e História.”

Claudia Pires lembra que recentemente acompanhou a visita de 70 crianças do Colégio Nove de Julho. Foi uma experiência nova para a equipe, que se surpreendeu com o enorme interesse que as crianças demonstraram.

Nelson Rodrigues diz que é



Alunos e professor do curso de Direito da Faculdade São Sebastião (Fass), que fizeram visita monitorada em 1º/11; abaixo, alunos e professor do curso de Direito da Unip Campus Anchieta, que visitaram o Palácio da Justiça em 17/10

gratificante perceber como a beleza do Palácio emociona e inspira os visitantes. Muitos, vindos de lugares distantes da Capital e do Interior.

As visitas monitoradas existem desde 1998, mas somente em 2008 foram regulamentadas. A coordenadora da SP. 4.3 – Coordenadoria de Relações Públicas, Maria do Carmo Palmeira da Silva Pereira, conta que, inicialmente, eram feitas palestras no Salão do Júri, proferidas pelo desembargador Emeric Levai, coordenador do Museu do Tribunal de Justiça à época. Depois, começaram visitas guiadas e com agendamento prévio, que ficavam a cargo do Museu

do TJSP. Posteriormente, quando criada a Coordenadoria de Relações Públicas, as visitas ganharam o formato que possuem hoje.

Grupos de, pelo menos, 20 pessoas podem agendar o serviço junto à SP. 4.3.2 – Serviço de Visitas Técnicas e Monitoradas. São realizadas visitas diariamente (segunda a sexta). Para agendar ligue para (11) 3117-2615 ou envie e-mail para visita@tjsp.jus.br. O Museu do Tribunal de Justiça “Palacete Conde de Sarzedas” também oferece visitas monitoradas. Para informações, ligue (11) 3295-5819.

**Texto: Dicler Antonio**

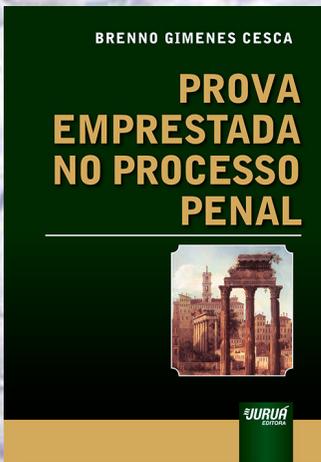
**Fotos: Ricardo Lou e Antonio Carreta**



## Prova Emprestada no Processo Penal – 1ª edição (Editora Juruá)

A prova emprestada – a despeito de ser discutida no dia a dia forense ainda mais modernamente, com a complexidade que tem adquirido os processos penais mais recentes, nos quais ocorre diuturno compartilhamento de provas – não fora tratada pela doutrina de modo aprofundado, inexistindo obra específica a respeito. O presente trabalho foi fruto de dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Direito da USP, em dezembro/15. A pesquisa foi desenvolvida durante três anos, procurando inserir o tema dentro da teoria geral da prova e analisar seus mais diversos contornos (requisitos de admissibilidade, produção e situações especiais). Investigou-se ainda a sua disciplina nos direitos norte-americano e italiano, bem como no Projeto de Lei do Novo Código de Processo Penal, com proposta de alteração de seu art. 169. O livro é fruto não apenas da experiência acadêmica do autor, mas também profissional, pois é juiz criminal há mais de onze anos no Estado de São Paulo. Não se olvidou, assim, de fazer o necessário diálogo entre a doutrina e jurisprudência, fontes primordiais do direito.

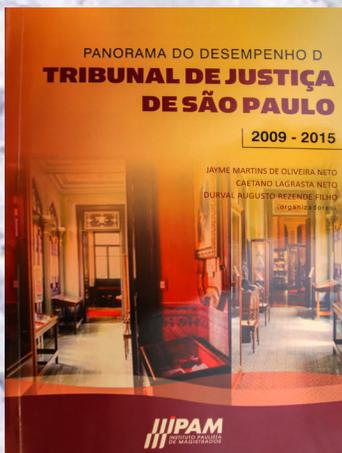
*Brenno Gimenes Cesca (juiz da 2ª Vara Criminal de São José dos Campos)*



## Panorama do Desempenho do Tribunal de Justiça de São Paulo 2009 - 2015 – 5ª edição 2016 (Instituto Paulista de Magistrados – IPAM)

Em 2010, o IPAM iniciou a consolidação e análise dos principais indicadores da Justiça Estadual divulgados anualmente pelo CNJ. O IPAM teve o pioneirismo nesse trabalho não só de consolidação, mas, sobretudo de analisar anualmente o desempenho de alguns Tribunais de Justiça. O primeiro relatório considerou os dados entre 2003 e 2009 para um recorte territorial que incluía os Tribunais de Justiça do Amapá, Bahia, Goiás, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. A presente análise inclui o ano de 2014 e passa a avaliar o desempenho em diferentes âmbitos, no período de 2009/2014, considerando a amostra dos tribunais com a exclusão do Amapá e inclusão de Minas Gerais. O intuito permanece sendo mapear o contexto de atuação da Justiça Estadual, realizar cruzamentos de dados e levantar indagações que venham a indicar caminhos para proposição de novas formas de avaliação de produtividade.

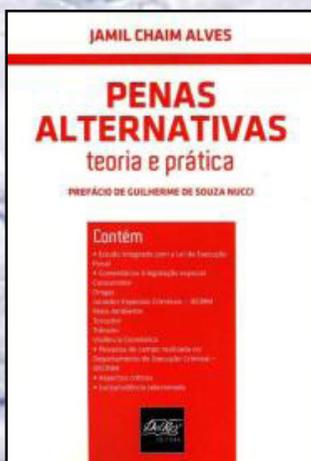
*Jayme Martins de Oliveira Neto (presidente da Associação Paulista de Magistrados, eleito presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros), Caetano Lagrasta Neto (desembargador do TJSP) e Durval Augusto Rezende Filho (juiz substituto de 2º grau do TJSP)*



## Penas Alternativas – 2016 (Editora Del Rey)

A obra apresenta soluções das questões pendentes na legislação em vigor sobre penalidade carcerária e a reestruturação do sistema de penas alternativas em um estudo amplo e atualizado sobre o tema. O autor identifica as medidas alternativas aplicadas e executadas, estabelecendo um paralelo crítico entre o âmbito legislativo abstrato e o da aplicação concreta. “Desde que as penas alternativas foram idealizadas e ingressaram no Código Penal, para, depois, compor os textos normativos das Leis Penais Especiais, tem-se verificado certa objeção dos julgadores em aplicá-las, substituindo a pena privativa de liberdade”, diz no prefácio o desembargador Guilherme de Souza Nucci.

*Jamil Chaim Alves (juiz da 2ª Vara da Comarca de Itanhaém)*



# o Sabor da realização



**Vera Lúcia comandou uma mesa de audiência por muitos anos, como juíza do Tribunal de Justiça. Foi feliz na Magistratura, mas, após a aposentadoria, resgatou uma vocação familiar e, como sócia-proprietária de um restaurante, está percorrendo novos caminhos, repletos de desafios e conquistas**

A juíza aposentada Vera Lúcia Lorenzi Damaso tomou um susto, quando se deparou com a iminente aposentadoria, em 2010. Ainda possuía boa saúde e muita disposição para o trabalho. A ideia de “vestir o pijama” não lhe atraía. “Resolvi, então, que seria uma ótima oportunidade para mudanças e decidi ‘mexer com os neurônios,’” lembra a ex-magistrada.

“A gastronomia esteve presente em minha vida desde sempre. Minha avó cozinhava muito bem, aqui nessa casa onde vivi minha infância e juventude (o casarão situado na Rua Frei Caneca, no bairro de Cerqueira César). A família

se reunia em ocasiões especiais e grandes jantares foram feitos nessa casa. Aqui, minha tia dava aulas de culinária. Eu cresci assim, ajudando minha avó na cozinha e minha tia em suas aulas. Meu marido também cozinha muito bem. Fez cursos de culinária e foi proprietário de um bistrô.”

Após a morte do avô, o casarão foi alugado, mas, pouco antes de Vera Lúcia se aposentar, o imóvel estava vago. “Despontou a ideia de abrimos um restaurante. Aqui é um espaço muito bonito, agradável, onde guardo lembranças maravilhosas de minha vida e de meu avô, imigrante italiano de muitos talentos e meu herói. Carvoeiro de profissão, era

um homem esclarecido e muito bem informado sobre tudo. Fez com as mãos parte da mobília pertencente a casa e aqui produzia o próprio vinho, consumido por nós. Decidimos unir o útil ao agradável e aproveitar a casa. A ideia amadureceu e o local se transformou, após cuidadoso trabalho de restauração, no restaurante Zeffiro, nome do meu avô.”

Vera Lucia e o esposo cuidaram de tudo desde o início: a restauração do casarão e do mobiliário, a decoração e toda a criação e administração da empresa. “Tendo como referência a cozinha toscana, trabalhamos o cardápio com a intenção de resgatar muita coisa

da culinária da minha avó e da minha tia. Na minha família, a culinária italiana sempre dominou... o polpetone, a polenta, os molhos. Decidimos privilegiar o sabor, sem muitos enfeites. A 'comidinha' da vó da gente, bem caseira, com cheiro e sabor."

Para abrir o restaurante, o casal contratou um chef de cozinha, mas, depois de um tempo, decidiram mudar. "Nossa ideia inicial não estava sendo atendida. Normalmente, os 'chefs' gostam de criar novos pratos e imprimir seu estilo. Resultado: o cardápio fugiu à nossa proposta. Assumi, então, a chefia da cozinha."

No restaurante, o incentivo às artes está sempre presente. "A cada mês, temos uma nova exposição de quadros. Já fizemos mais de sessenta. Apoiamos várias peças de teatro e acolhemos muito bem o mundo artístico. Juntamos sabor com arte."

"Não sei definir em palavras a alegria que sinto desde que abracei essa nova e m p r e i t a d a," afirma Vera Lucia com um bonito sorriso nos lábios.

"Decidi trocar a mesa de audiência por mesas de refeições, onde as pessoas se sentam para se alimentar, divertir-se e passarem momentos de prazer. Trabalha-se até mais do que na Magistratura, pois, todo dia temos que 'matar um leão'. Faz parte do ofício cuidar desde as flores até a limpeza, além da legislação,

vigilância sanitária, funcionários, cardápios novos, fornecedores, marketing, divulgação, eventos... é uma vida muito dinâmica. Mas, é muito prazeroso."

Vera Lucia compara a satisfação que sente à vivida pela personagem do filme A Festa de Babette (filme dinamarquês de 1987, vencedor do

saber que ela, antes da guerra, fora 'chef de cozinha' de um restaurante em Paris. É uma coisa maravilhosa você projetar um prato, ver o prato sendo feito, entregar ao cliente e vê-lo voltar vazio."

Formada na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), Vera Lúcia ingressou na Magistratura

em 1988 e foi juíza por 22 anos. Antes, foi procuradora do Estado por 5 anos. "O Direito foi graças à influência do meu avô. Eu era muito apegada a ele. Fui a primeira neta. Ele era um ídolo para mim. Ele admirava o Direito Italiano mas, na condição de imigrante, não pôde estudar. Isso refletiu em mim, eu abracei a carreira e gostei muito. Foi uma boa escolha. Iniciei minha atuação no TJ em Osasco, Carapicuíba, Barueri e Jandira. Depois vim para São Paulo e atuei em Varas Cíveis, depois Fazenda Pública e, por fim, no Juizado Especial de Pequenas Causas, no Ipiranga."

"Tenho três filhos: Ana Carolina, Luíza e Rodrigo. Acho importante para nosso crescimento pessoal mudar de ramo, após

a aposentadoria. Existe vida além do Direito. Enfrentar coisas novas, acreditar em desafios e arregaçar as mangas lhe proporciona uma nova vida, um novo alento. Eu recomendo."

**Zeffiro Restaurante / Rua Frei Caneca, 669**

**Texto: Dicler Antonio**

**Fotos: Ricardo Lou**

**Justiça SP | 23**



**"Enfrentar coisas novas,  
 acreditar em desafios e  
 arregaçar as mangas lhe  
 proporciona uma nova vida,  
 um novo alento.  
 Eu recomendo."**

Oscar de melhor filme estrangeiro). O filme conta a história de uma moça que, ao receber uma alta soma de dinheiro em herança, decide gastar tudo na realização de um jantar para duas senhoras que a acolheram durante a guerra. Convida também todos os amigos e vizinhos da vila em que mora, que desconheciam

# Do *além-mar* para o Judiciário paulista



**Saiba como duas guerras, milagres e fracassos da economia brasileira e a paixão pela Filosofia levaram o português-angolano Joaquim Teixeira Alves a integrar, com orgulho, os quadros do Tribunal de Justiça**

**P**ara entender a história de Joaquim Teixeira Alves, assistente judiciário da 9ª Vara da Fazenda Pública, temos que recuar um pouquinho no tempo, exatamente para o ano de 1482, quando apontou na foz do Rio Congo, na África, uma frota portuguesa comandada pelo navegador Diogo Cão. De imediato, o comandante português estabeleceu relações com o Reino do Congo, no primeiro contato de europeus com habitantes do território hoje abrangido por Angola. Tal encontro viria a ser determinante para o futuro desse território, das suas populações e de Joaquim.

Embora Portugal tenha estabelecido duas importantes feitorias nas cidades de Luanda e Benguela, onde predominou o tráfico de escravos com destino a Portugal e Brasil, somente em meados de 1920 se alcançou o domínio integral do território de

Angola. Na década de 50 começou a se articular a resistência contra a dominação colonial, que visava a transformação da colônia de Angola em país independente. O conflito eclodiu, em 1961, na guerra de independência contra Portugal.

No período da guerra, o serviço militar obrigatório de Portugal era de quatro anos. É nesse ponto que as histórias de Angola e de Joaquim se cruzam, pois tal obrigação cívica provocou a interrupção dos seus estudos na Faculdade de História e Filosofia de Lisboa.

Joaquim, aliás, é natural de Angola, nascido no período em que o país ainda era colônia de Portugal. Aos sete anos, por problemas de saúde, seus pais lhe mandaram para Lisboa. Lá, passou a juventude em casa de parentes, estudou, e ingressou na faculdade para cursar Filosofia, assunto pelo qual tem grande admiração desde os 12 anos de idade, quando já escrevia artigos

sobre o tema para um jornal local.

Mas, o conflito entre Angola e Portugal interrompeu sua caminhada acadêmica. Enviado à guerra, atuou na área de comunicações. Sua missão era a de circular por toda Angola, pesquisando e reunindo informações importantes para os militares. A situação se alterou completamente quando, em 25 de Abril de 1974, aconteceu a Revolução dos Cravos, que pôs fim à ditadura de Salazar em Portugal. Os novos detentores do poder proclamaram de imediato a sua intenção de permitir, sem demora, o acesso das colônias portuguesas à independência.

Joaquim sabia que a situação de Angola iria piorar. Conhecia bem o que acontecia no país, devido a função que exerceu durante o conflito armado. "Portugal desocupou o país muito rapidamente e eu sabia que os três partidos políticos majoritários não chegariam a bom termo para o destino de Angola. Acreditava que,

provavelmente haveria uma guerra civil, como de fato houve e que acabou por durar vinte anos,” afirma.

Joaquim, então, orientou os familiares que ainda moravam em Angola a se mudarem para Portugal e, aos 25 anos de idade, veio para o Brasil.

“Optei pelo Brasil por duas razões. Primeiro por que queria me formar em Jornalismo e, em Portugal, não havia curso específico. Segundo, por que o país crescia 10% ao ano. Era o tempo do ‘milagre econômico’, durante a ditadura militar. Mas, ao chegar aqui, não pude cursar Jornalismo, pois teria que fazer o ‘supletivo madureza’ e eu, que já tinha iniciado curso superior em Portugal, achei equivocada a obrigatoriedade.” Joaquim também foi levado a mudar de ideia quanto ao seu futuro por influência dos amigos portugueses que aqui moravam e que o envolveram no ramo de restaurantes e pizzarias.

Nos trinta anos que se seguiram, ele foi empresário de restaurantes e pizzarias, entre eles a pizzaria Papa Micheluccio, situada na Rua Domingos de Moraes. Casou-se com uma brasileira, Marisa, e teve um filho, André Guilherme. Alcançou sucesso na profissão, mas, com a eclosão dos planos econômicos (Verão, Bresser e Collor)



Soldados portugueses nas matas de Angola, durante a Guerra de Independência da ex-colônia

a economia ficou em frangalhos e os negócios sofreram com a crise. “Resolvi abandonar o ramo, até para ter mais tempo para mim, pois a vida de dono de restaurante é muito sacrificada. Na época, entendi que as profissões promissoras e que me atraíam estavam na área jornalística, nas Letras ou nas carreiras do Direito.”

Joaquim prestou concurso para o TJ em 2005. Passou e, no início, trabalhou no Setor de Precatórios Cíveis. Motivado pelo trabalho no Tribunal, prestou vestibular e cursou a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. “Foram cinco anos maravilhosos. Ali, nas arcadas, respira-se um ar de contestação e liberdade. Sente-

se que, com o Direito, pode-se transformar a sociedade. Gostei tanto do curso que, ao final, iniciei o mestrado em Filosofia do Direito.” Atualmente Joaquim é assistente judicial e trabalha no Fórum Hely Lopes Meirelles.

“O TJ foi importante na minha vida por estimular minha veia intelectual, perda durante os anos em que fui empresário. Voltei a estudar e a ler, sobretudo Filosofia e Direito. Também agradeço ao TJ pelas amizades que aqui conquistei, entre servidores e magistrados, gente culta e que se envolve nas soluções dos problemas da sociedade.”

**Texto: Dicler Antonio**

**Fotos: Ricardo Lou / arquivo pessoal Joaquim e Wikipedia**



Dois momentos emocionantes na vida de Joaquim: à esquerda, o casamento com Marisa e, à direita, sua formatura na Faculdade de Direito da USP, posando ao lado de seu filho André Guilherme



## A família Kramer vai aos Tribunais

### 'Kramer vs Kramer' expõe na tela do cinema o drama do litígio familiar de forma inteligente, com sutileza e veracidade

**N**a primeira cena, a câmera em primeiríssimo plano mostra de forma bela e sutil Joanna Kramer (Meryl Streep) se despedindo de seu pequeno filho, Billy (Justin Henry). Enquanto isso, seu marido, Ted Kramer (Dustin Hoffman), está envolto no trabalho. Ao retornar para casa, ele, ainda ocupado com assuntos profissionais e desatento ao que sua esposa tenta lhe dizer, demora a entender que ela acabara de deixá-lo, a ele e a Billy.

Ambientado na cidade de Nova York, EUA, na década de 70, época em que os papéis do homem (provedor) e da mulher (dona de casa e mãe) eram mais engessados, o filme se debruça sobre Ted, que até então vivia para o trabalho, mas agora tenta se ajustar à nova

realidade, desdobrando-se para assumir também as obrigações domésticas e cuidados com o filho. Em meio a essa situação, Billy passa a se comportar de maneira rebelde, sentindo-se confuso, triste e culpado pelo afastamento repentino da mãe. Entre erros e acertos, eles começam a se adaptar, a formar laços e construir uma nova vida juntos.

A história segue essa linha, de readaptação entre pai e filho, até Joanna reaparecer, após mais de um ano longe. Num encontro com o ex-marido, ela explica por que partiu e afirma que voltou para reaver a guarda do filho. Ted repudia a ideia e inicia a dolorosa disputa judicial. A interferência da Justiça é apresentada como garantia para preservar o bem-estar de Billy,

uma vez que outra solução menos dolorosa não foi encontrada e acordada pelos pais.

Na primeira sessão da audiência, estão presentes Joanna e Ted, seus respectivos defensores e o juiz. Joanna afirma que seu casamento tirou sua autoestima, deixando-a deprimida e infeliz, e acusa o ex-marido de se preocupar apenas com o trabalho e de não ter sido capaz de perceber suas aspirações, o que resultou no fracasso da relação. Ela diz que se recuperou emocional e profissionalmente e explica os motivos pelos quais requer a guarda do filho.

- Billy só tem sete anos, ele precisa de mim, não que ele não precise do pai. Mas acho, realmente, que ele precise mais de mim. Fui mãe



Pai (Dustin Hoffman) e filho (Justin Henry) preparam café da manhã juntos; na foto abaixo, a mãe (Meryl Streep), que deixou o lar, é interrogada no Tribunal

dele durante cinco anos e meio. E Ted assumiu esse papel há apenas 18 meses. Mas como alguém pode imaginar que tenho menos capacidade de ser mãe desse garotinho do que o sr. Kramer? Sou mãe dele - diz Joanna.

Na segunda audiência, a única testemunha é ouvida: a amiga do ex-casal Margaret Phelps. Na sequência, é a vez de Ted ser interrogado. Ele diz que muito do que foi dito por Joanna é verdade, que não entendia muitas coisas e que, se pudesse, faria diferente. Ted deixa claro que acredita no amor da ex-esposa pelo filho, mas que esse não é o objeto da ação, mas, sim, o que é melhor para Billy.

- Quero saber que lei diz que a mulher é melhor para o filho só porque é mulher? Pude pensar bastante sobre o que faz de alguém bom pai ou mãe. Tem a ver com constância, com paciência,

tem a ver com ouvi-lo... tem a ver com amor - fala Ted.

As cenas dos depoimentos durante a audiência – cruciais para a decisão do juiz – mostram o ponto mais alto do litígio. Nelas, todos os conflitos da relação do ex-casal são expostos. Os advogados instigam e acuam os interrogados em seus pontos fracos, utilizando-se de preceitos morais, na busca pelo sucesso na ação. O drama ganha em comoção e tensão.

“Kramer vs. Kramer” trata o impacto do divórcio na vida de um casal e, principalmente, na de uma criança, se aproximando

quase que fielmente da realidade. A separação, o sofrimento de Billy, a nova realidade de Ted, o retorno de Joanna, os novos problemas que se formam, o litígio no tribunal, tudo eleva a emoção e envolvimento do telespectador.

Com roteiro escrito pelo próprio diretor, baseado no livro de Avery Corman Ballhaus, o filme foi lançado em 1979. É uma obra delicada, que emociona com simplicidade. Os relacionamentos entre personagens são bem apresentados, de forma que o público entende as motivações de cada um. As excelentes atuações



são essenciais para que o filme seja tão interessante, com destaque para o menino Justin Henry que interpretou Billy com tanta naturalidade, que lhe garantiu a indicação de melhor ator coadjuvante - o concorrente mais novo para este papel.

Curiosidades sobre o filme são as excelentes contribuições de cena e de diálogos de Dustin Hoffman, que, coincidentemente, passava por um divórcio. O diretor e roteirista, Robert Benton, chegou a sugerir que o nome dele também constasse como roteirista, mas o ator recusou. Outra curiosidade de igual valor e importância foi a própria Meryl Streep redigir o discurso que fez na cena do julgamento, após comentar que não estava satisfeita com o roteiro original.

"Kramer vs Kramer" foi um sucesso e teve grande repercussão em sua época. Recebeu nove indicações ao Oscar: fotografia, ator coadjuvante (Justin Henry), atriz coadjuvante



(Jane Alexander), edição, filme, diretor (Robert Benton), ator (Dustin Hoffman), atriz coadjuvante (Dustin Hoffman) e roteiro adaptado, sendo vencedor dos 5 últimos.

#### Ficha Técnica:

**Direção e Roteiro:** Robert Benton  
 Elenco: Dustin Hoffman, Meryl Streep, Jane Alexander, Ellen Parker, Howard Duff, Howland Chamberlain.

# Uma juíza de Família

*Uma das perguntas que mais me fazem é se é fácil decidir a vida das pessoas. Como saber quem tem razão? Como julgar de maneira justa?*

*Sempre respondo que o juiz não decide com base na cabeça dele mas que aplica a lei ao caso e que são as leis que nos dão o caminho a seguir.*

*Muitas vezes parece matemática de tão exato: o juiz analisa as provas e com base nelas, aplica a fórmula que a lei estabelece: Quem precisava provar, provou? Procedente, ganhou a ação como dizem por aí. Não provou? Improcedente. Há dúvida, no crime? O réu é absolvido.*

*Para conseguir aplicar todo o conhecimento que adquiriu estudando, o juiz precisa agir*

*sempre com isenção e distância para poder analisar as provas. Mas e quando o caso envolve questões íntimas e pessoais? E quando o caso é da área da Família, e o juiz, muitas vezes, já se viu em situação parecida, ou conhece alguém que viveu algo semelhante? Dá para ser imparcial? Dá para manter a distância?*

*O juiz é treinado para isso. Sim, é treino.*

*É claro que o juiz é um ser humano e, como tal, tem sua 'bagagem'. Por vezes, é preciso controle emocional para não se deixar envolver pela situação. Ou então será um mal julgador, pois ao invés de usar a razão para analisar as provas e aplicar as leis, irá julgar com emoção, e esse sentimento é privilégio das partes.*

*Me lembro quando ingressei na Magistratura, solteira, 25 anos e às voltas com tantos casos de divórcio e separação, que pensava ser a trilha sonora do meu trabalho a música "Trocando em Miúdos" do Chico Buarque. Comecei a acreditar que o casamento*

**Produção:** Stanley R. Jaffe  
**Fotografia:** Néstor Almendros  
**Trilha Sonora:** John Kander  
**Duração:** 105 min.  
**Ano:** 1979  
**Estúdio:** Columbia Pictures

**Texto:** Valéria Vieira  
**Fotos:** Internet



Ganhador do Oscar de melhor filme em 1979, 'Kramer vs Kramer' também premiou com duas estatuetas os atores Dustin Hoffman e Meryl Streep

*realmente era uma instituição falida. Comentei com meu pai que havia decidido não casar. Ele então me fez ver que a amostra na qual eu estava me baseando era viciada. Os casamentos felizes não precisam do Judiciário.*

*Se o juiz passa a ver o mundo com base apenas no que vivencia no trabalho, não será um bom juiz, pois passará a ver o mundo sob o filtro dos casos que não*

*sentença que versará sobre algo tão íntimo e delicado.*

*Talvez por isso a melhor solução, na maioria das vezes, não é a mais simples (aquela que o juiz dá com base nas leis e nas provas dos autos, em poucas horas). A melhor solução geralmente é aquela que as próprias partes conseguem construir, com a ajuda do conciliador ou do advogado, do promotor de Justiça e do juiz.*

*Alguns dizem que as pessoas buscam no Judiciário uma decisão do juiz e não um acordo, e que se perde tempo ao tentar a conciliação. Será? Será que qualquer ponte entre duas pessoas que já se amaram, entre pessoas de uma mesma família que precisarão conviver, entre pais e filhos, é perda de tempo?*

*Essas pessoas precisam recuperar a capacidade de verdadeiramente*

*“Julgar é fácil. Difícil é resolver a questão que efetivamente levou o casal até o impasse. Difícil é acabar com o conflito entre pessoas que terão que seguir convivendo.”*



*deram certo. Crimes, casamentos desfeitos, brigas por herança, guarda dos filhos, desavenças entre vizinhos, contratos descumpridos...*

*Um juiz de Família, mais do que nunca, precisa manter seu equilíbrio e usar a razão, mas sem perder a humanidade. É com ela que ele vai estabelecer conexão com as partes para permitir que lhe contem o que precisa ouvir para tomar a melhor decisão.*

*As partes necessitam perceber essa humanidade para se sentirem seguras e menos agredidas pela decisão que virá de uma autoridade, mas também de um estranho, no momento em que estão extremamente expostas, fragilizadas, diante de uma*

*Porque são as partes que sabem o que realmente acontece na sua intimidade, entre elas, filhos e familiares. O juiz tem sempre apenas uma visão parcial, com base na parcela de realidade que cada uma delas lhe traz. Uma parcela permeada por sofrimento e coisas mal resolvidas que, no mais das vezes, o juiz utiliza para tenta compor um quadro completo, uma imagem real do que se passa e, nem sempre, o quebra-cabeça é montado perfeitamente.*

*Julgar é fácil. Difícil é resolver a questão que efetivamente levou o casal até o impasse. Difícil é acabar com o conflito entre pessoas que terão que seguir convivendo.*

*se olhar, de se enxergar e dialogar. Mesmo que o acordo não aconteça, qualquer passo nesse sentido é uma enorme vitória. Talvez essa seja a maior função do juiz de Família, ser vocacionado e capaz de ouvir, muitas vezes, o que não foi dito.*

*Se é difícil? Ninguém nunca disse que seria fácil. Mas, não há nada mais recompensador do que começar uma audiência com pessoas em guerra e terminá-la – por meio de acordo ou de uma sentença justa – preservando os laços de uma família, no sentido mais amplo do termo.*

**Carolina Nabarro Munhoz Rossi,  
Juíza da 1ª Vara Cível do Foro  
Regional II - Santo Amaro**

# 73º EN



Paulo Dimas Mascaretti



Manoel Pereira Calças



Maria Erotides Kneip



# COGE



Antonio Cezar Peluso



João Otávio de Noronha



Enrique Ricardo Lewandowski





## Justiça SP – Revista Eletrônica do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo com periodicidade trimestral

### Corpo Diretivo

Desembargador – Alexandre Alves Lazzarini  
Juiz Substituto em 2º Grau – Antonio Carlos Alves Braga Júnior  
Juíza Assessora da Presidência – Ana Paula Sampaio de Queiroz Bandeira Lins

### Jornalista Responsável

Rosangela Sanches

### Corpo Editorial

Rosangela Sanches  
Maria Cecília Abatti Souza Cruz  
Liene Dias Vicente  
Alexandre de Lima Marcusso  
Dicler Rodrigues Antonio

### Corpo Técnico

#### Editor

Dicler Rodrigues Antonio

#### Reportagem

Ana Cláudia Guerra Brasileiro Genaro  
Dicler Rodrigues Antonio  
Rosangela Sanches  
Valeria Vieira da Silva

#### Fotografia

Antonio Carlos Carreta  
Klaus Silva Pinto  
Ricardo Braga Lou

#### Editoração Gráfica

Dicler Rodrigues Antonio  
Mario Cesar Silva

#### Revisão

Guilherme Fujimoto Amorim  
Rosangela Sanches

### Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

#### Presidente

Desembargador Paulo Dimas de Bellis Mascaretti

#### Vice-Presidente

Desembargador Ademir de Carvalho Benedito

#### Corregedor-Geral da Justiça

Desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças

#### Decano

Desembargador José Carlos Gonçalves Xavier de Aquino

#### Presidente da Seção de Direito Privado

Desembargador Luiz Antonio de Godoy

#### Presidente da Seção de Direito Criminal

Desembargador Renato de Salles Abreu Filho

#### Presidente da Seção de Direito Público

Desembargador Ricardo Henry Marques Dip

#### Apoio técnico

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI

Fotos: Matéria “A família Kramer vai aos tribunais (www.cinegrandiose.com, www.cinemarden.com.br, www.shotonwhat.com e www.verdadesdeumser.com.br); Seção Imagens (Antonio Carreta, Ricardo Lou e Klaus Silva). Ilustrações: Logotipo do 73º Encoge (Daniel Gaiciner); Matéria “Reconstrução de Laços” (www.wikimediacommons/Javad\_alizadeh)

Produzida por:

Secretaria da Presidência

Secretária Cláudia Regina Busoli Braccio Franco Martins

SPr 6 - Diretoria de Comunicação Social

Palácio da Justiça - Praça da Sé, s/nº - CEP 01018-010 - São Paulo (SP) - 2º andar, Sala 212

Telefones: (11) 3117-2588 – imprensa@tjsp.jus.br